



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS**

EDILMA LOPES TEIXEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS PROCESSOS DE ENSINO
E DE APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO**

**PATOS-PB
2021**

EDILMA LOPES TEIXEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS PROCESSOS DE ENSINO
E DE APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador: Prof. Me. Jônatas Costa Bezerra

**PATOS-PB
2021**

EDILMA LOPES TEIXEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS PROCESSOS DE ENSINO
E DE APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO**

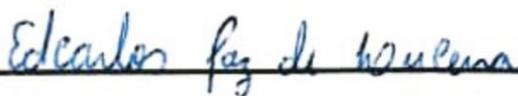
Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

APROVADO EM: 21/05/2021

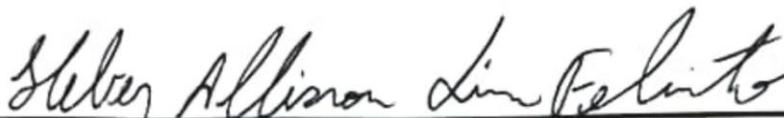
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Jônatas Costa Bezerra - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Prof. Esp. Edcarlos Paz de Lucena
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Prof. Esp. Heber Allisson Lima Felinto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CAMPUS PATOS/IFPB

T266r Teixeira, Edilma Lopes
Reflexões sobre a educação inclusiva nos processos de ensino e de aprendizagem do aluno surdo/ Edilma Lopes Teixeira. - Patos, 2021.
25 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientador: Prof. Me Jônatas Costa Bezerra

1. Educação inclusiva 2. Ensino 3. Inclusão 4. Surdo
I. Título.

CDU – 376

RESUMO

O presente trabalho, orientado por uma pesquisa bibliográfica tem como temática a educação inclusiva nos processos de ensino e de aprendizagem do aluno surdo, parte da reflexão sobre a inclusão educacional desenvolvida considerando-se o direito à diversidade e à igualdade. Destaca-se que este trabalho tem como objetivo refletir acerca das práticas pedagógicas utilizadas pelo professor, em sala de aula, e como elas podem contribuir para minimizar as dificuldades do aluno surdo e melhorar o seu desempenho durante o processo de ensino e aprendizagem. O tema inclusão já era um problema social relevante antes mesmo de ser tratado no âmbito escolar. Percebe-se que muitas instituições ainda têm dificuldades diante da acolhida de crianças surdas, sendo preciso observar que cada indivíduo tem suas particularidades de aprendizado (VIEIRA ET AL. 2019). utilizou-se da pesquisa bibliográfica integrativa os principais teóricos utilizados foram (VYGOTSKY, 2001), Machado (2008, p. 78, (FONSECA, 2002, p. 32, (GUGEL, 2008), (VIEIRA ET AL. 2019), Lima (2004, p. 20), entre outros.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Ensino. Inclusão. Surdo.

ABSTRACT

The present work, guided by a bibliographic research, has as its theme the inclusive education in the teaching and learning processes of the deaf student, part of the reflection on the educational inclusion developed considering the right to diversity and equality. It is noteworthy that this work aims to reflect on the pedagogical practices used by the teacher, in the classroom, and how they can contribute to minimize the difficulties of the deaf student and improve their performance during the teaching and learning process. The inclusion theme was already a relevant social problem even before being dealt with at school. It is noticed that many institutions still have difficulties in the reception of deaf children, it is necessary to note that each individual has their own particularities of learning (VIEIRA ET AL. 2019). the integrative bibliographic research used the main theorists used were (VYGOTSKY, 2001), Machado (2008, p. 78, (FONSECA, 2002, p. 32, (GUGEL, 2008), (VIEIRA ET AL. 2019), Lima (2004, p. 20), among others.

Keywords: Inclusive education. Teaching. Inclusion. Deaf.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2. A INCLUSÃO E OS CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ O SÉCULO XXI	8
2.1 Inclusão do aluno surdo: trajetória histórica internacional	8
2.1.1 Inclusão do aluno surdo: trajetória histórica nacional	9
2.1.2 Inclusão do aluno surdo no ensino regular: alguns conceitos	12
2.2 A INCLUSÃO NA ESCOLA: DA TEORIA À PRÁTICA	12
2.2.1 A escola na perspectiva da inclusão do aluno surdo	13
2.2.2 A sala de aula na perspectiva da inclusão do aluno surdo	14
2.2.3 O professor na perspectiva da inclusão do aluno surdo	16
3 METODOLOGIA	19
4 CONSIDERAÇÕES FIAIS	20
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com surdez e outras condições congênitas ou adquiridas, muitas vezes, tem sido prejudicada, discriminada desde os primórdios da civilização em seus direitos durante toda a história da humanidade, pois as mesmas muitas vezes foram retiradas do convívio social, por mostrarem alguma “anomalia”; com isso, elas eram descartadas para evitar que outras pessoas fossem “contagiadas” onde a surdez era vista como uma doença, e as pessoas eram tratadas com deficiência, iguais aos doentes (GUGEL, 2008).

As demandas contemporâneas envolvem várias modificações sociais que revolucionaram a história da humanidade, mostra que nossos pensamentos e ações mudam ao longo do tempo enfrentando das condições materiais e espirituais da existência, seja no universo individual ou no coletivo, assimilando, transformando, modificações cujo desenvolvemos novos projetos de mudanças capazes de sobrevivemos às próprias exigências criadas por nós a partir da interação com o meio ou consigo mesmo, confirmando condição humana com interação mútua, sempre sujeita a rupturas e continuidades. De acordo com Aranha (2006, p. 19), “não nos compreendemos fora da nossa prática social, porque esta, por sua vez, se encontra mergulhada em um contexto histórico-social concreto”.

Esta realidade mostra como é de grande importância investigar os processos históricos transcorridos, procurando nas ações concretas que nós criamos e aperfeiçoamos nossos instrumentos de trabalho os modelos de comportamento, regras, valores e todos os tipos de saberes para a construção de teorias educacionais inclusivas.

O tema inclusão já era um problema social relevante antes mesmo de ser tratado no âmbito escolar. Percebe-se que muitas instituições ainda têm dificuldades diante da acolhida de crianças surdas, sendo preciso observar que cada indivíduo tem suas particularidades de aprendizado (VIEIRA ET AL. 2019).

Ao iniciar essa problemática da eficiência (ou a falta dela) no âmbito da educação inclusiva de indivíduos surdos, temos grandes reflexões a executar dentro desse intenso processo que é contínuo e revigorante a cada etapa.

Propõem-se algumas considerações a respeito da problemática da pesquisa, visando responder ao seguinte problema: Como o trabalho do professor, em sala de aula, pode contribuir para minimizar as dificuldades e melhorar o desempenho do

aluno surdo durante o seu processo de ensino e aprendizagem?

Destaca-se que este trabalho tem como objetivo refletir acerca das práticas pedagógicas utilizadas pelo professor, em sala de aula, e como elas podem contribuir para minimizar as dificuldades do aluno surdo e melhorar o seu desempenho durante o processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à sua estrutura, este trabalho está dividido em dois capítulos, nas seguintes seções: inicialmente se apresenta a Introdução, apresentaremos mais quatro seções. Fundamentação Teórica, que foi desenvolvida em dois tópicos: Inclusão do Aluno Surdo e os Caminhos Percorridos até o Século XXI, mostrando trajetória da comunidade surda e as diferentes formas de tratamento de como os mesmos foram submetidos ao longo da história da humanidade.

Inclusão do Aluno Surdo: Trajetória Históricas Internacional, explicitando como se deu a trajetória do aluno surdo na história internacional;

Inclusão do Aluno Surdo: Trajetória Histórica Nacional, mostrando a história do surdo, e como os mesmos foram a rejeição por serem surdo, com anormalidade, incapacidade, deficiência no território nacional;

Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Regular: Alguns Conceitos, como se dá a inclusão surdo no cenário educacional.

O segundo a inclusão do surdo na Escola: da Teoria à Prática desenvolvendo um levantamento em consideração a relação teoria e prática da inclusão na instituição escolar;

A escola na perspectiva da inclusão do aluno surdo, abordando como se dá a perspectiva da inclusão do aluno surdo oferecendo a partir desta análise a reflexão da prática de ensino dentro da sala de aulas;

A sala de aula na perspectiva da inclusão do aluno surdo destacando o conceito de inclusão e como a escola deve proporcionar no contexto da educação inclusiva de qualidade;

Por fim, o professor na perspectiva da inclusão do aluno surdo, apresentado o contexto escolar para uma educação inclusiva, mostrando algumas possibilidades metodológicas abordadas nos trabalhos consultados. Seguem a metodologia e as considerações finais.

Diante do exposto sobre reflexões já trabalhadas, vale salientar a importância deste trabalho no meio acadêmico e científico, uma vez que pretende expandir a reflexão sobre o processo de inclusão educacional, o qual é indispensável para que

haja a efetivação plena do sujeito surdo na escola e na sociedade na qual está inserido.

Esperamos que este trabalho possa auxiliar o docente para o desenvolvimento do processo inclusão dos alunos que tem necessidades, sejam elas especiais ou não visando a promoção da inclusão dos mesmos no ensino regular na sociedade a qual está inserida.

2. A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO E OS CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ O SÉCULO XXI

2.1 Inclusão do aluno surdo: trajetória histórica internacional

Através de milênios na história da humanidade, as pessoas deficientes viviam em condições sub-humanas, pois eram julgadas incapazes e essencialmente diferentes dos demais, deixando-lhes em situação de dependência ou até mesmo de abandono.

(...) desde os primórdios da humanidade pessoas nasceram ou adquiriram alguma deficiência ou limitação que as impediram de realizar suas atividades diárias de forma autônoma. De maneira perversa, essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou "coitadinhas". (NEGREIROS, 2014 p.13).

Na metade do século XVI foram surgindo movimentos iniciais para educar o surdo. Os pioneiros Girolamo Cardano e Pedro Ponce de Leon adotaram esses métodos no qual pretendia ensinar o surdo a falar, ler e escrever. Conforme Sacks (1998, p. 29) "a noção de que a compreensão das ideias não dependia de ouvir palavras era revolucionária".

Diante desta questão pode-se perceber que através dos períodos históricos, na Antiguidade, Idade Média e Tempo Moderno, como também no limiar da Idade Contemporânea e no século XVIII, surgiram manifestações de grande importância, trazidas por pensadores, filósofos, escritores, à época, os "enciclopedistas", dando à devida atenção ao potencial dos surdos, comprovando capacidade intelectual, independentemente, de sua incapacidade auditiva.

Na Espanha, o monge beneditino, Pedro Ponce de Leon (1520-1584), foi considerado o primeiro professor do surdo, o mesmo constituiu o mosteiro de Valladolid, uma escola para surdos, onde o mesmo se dedicava, pois eram filhos de nobres. Ensinando a falar, ler, escrever, a rezar, como também apresentou aos

surdos os dogmas da igreja Cristã. Produziu uma metodologia de ensino de surdos que fazia parte a datilologia, escrita e oralização, fundou também uma escola de professores surdos. Salienta que em 1620, Juan Bonet, outro espanhol, publicou o primeiro livro de educação de surdos, intitulado “Redução das Letras e a Arte de Ensinar a Falar os Mudos” (Reducción de las letras y arte de enseñar a hablar a los mudos) (REILY e REILY, 2003). Sobretudo os marcos iniciais da educação dos surdos representam símbolo de “inclusão” no processo de ensino-aprendizagem.

Lima (2004, p. 20). “o Congresso de Milão é considerado um marco na história da política institucional de erradicação da língua de sinais, e também da exclusão radical dos profissionais surdos do ambiente educacional”.

Vale salientar que neste Congresso internacional estiveram presentes vários profissionais ligados a educação dos surdos, onde um apenas dos mesmos era surdo. Diante disto Congresso comemora a grande vitória que foi o oralismo sobre a “inferioridade” de línguas de sinais.

Conforme Skliar (1997, p.109), afirma que as conclusões do Congresso de Milão a história da educação dos surdos foi dividida em dois períodos:

Um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da Língua de Sinais, e outro posterior, que vai de 1880, até nossos dias, de predomínio absoluto de uma única 'equação', segundo a qual a educação dos surdos se reduz à língua oral.

De acordo com Silva (2006 et al), a decisão do Congresso, não deve ser fundamentada pelo fracasso da educação pública para surdos por meio da língua de sinais, pois ela estava alcançando os seus objetivos, com isso não precisaria de ser modificada.

Diante dos principais acontecimentos e seus atores que colaboraram, pode-se observar que os nos últimos quatro séculos, foram de grande contribuição para o processo de educação do surdo.

2.1.2 Inclusão do aluno surdo: trajetória histórica nacional

Foi no início década de cinquenta do século XIX, o processo educacional dos surdos no Brasil teve seu início, ideia trazida da França por Edward Huet, onde foi criado pela Lei no. 839, de 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro, o Imperial

Instituto de Surdos Mudos - IISM, ficando assim conhecida como a primeira escola de surdos no Brasil. Contudo, em 1956 passando assim a se chamar como Instituto Nacional de Surdos Mudos – INSM, como também em 1957 Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, (DÓRIA, apud MAGALHÃES 2006, p. 18).

Diante disto o Instituto teve como primeiro professor Edward Huet, um francês que era surdo, trazendo a Língua de Sinais Francesa para assessorar no processo de educacional do surdo, com isso o mesmo foi considerado um introdutor da Língua de Sinais francesa no Brasil, promovendo uma fusão da Língua de Sinais desenvolvidas pelos surdos no Brasil com a Língua de Sinais Francesa (GOLDFELD, 1997).

A Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos, em relatório de 1993 – FENEIS, mostra que contexto:

Em 1855 chegou ao Brasil o francês Ernest Huet, portador de surdez congênita. O ex-diretor do Instituto de surdos de Paris trouxe sua experiência de mestrados e cursos, a fim de comprovar a capacidade do surdo na área da Educação. Seus trabalhos contaram com o apoio de D. Pedro II, que ajudou a colocar em funcionamento o Instituto de Surdos-Mudos, a princípio instalado no Centro do Rio. Mas o francês só alcançou seu objetivo em 26 de setembro de 1857, com a fundação do Instituto Nacional de Educação do Surdo (INES), atualmente em Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Através dos ensinamentos de Huet, a Língua de Sinais se difundiu e desenvolveu no Brasil (FENEIS, 1993, p. 5).

A Constituição Federal (1988) garante que a República Federativa do Brasil tem como objetivo “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de 11 discriminação” (Artigo 3º, Inciso IV). Em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] Brasil (1988).

De acordo com Carvalho (2000), no final do século XX, muitos conflitos e transformações aconteceram, especialmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial. Contudo, aparecem então, os termos “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. No entanto a autora salienta que a princípio a educação inclusiva vem sendo difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando os mesmos mostram a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000, p.145).

No ano de 2003, foi concretizado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, apoiando os desenvolvimentos dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promoveu um amplo processo de formação de educadores e gestores nos municípios brasileiros, garantindo assim o direito de acesso de todos à escolarização, ofertando o atendimento educacional especializado, como também garantir a acessibilidade.

Conforme o Decreto nº 5.626/05, que determina a Lei nº 10.436/2002, objetivando o acesso à escola dos estudantes surdos, disfrutar a inclusão da Libras como disciplina na grade curricular, como também o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, a formação e a certificação de professor de Libras, e a organização da educação bilíngüe no ensino regular.

A inclusão é, de acordo com as contribuições de Mantoan (2005) uma inovação cujo sentido vem sendo constantemente distorcido e não raramente polemizado por diversos segmentos educacionais e sociais. Portanto, pode se afirmar que a inclusão aparece desde do começo, com possibilidade de apagar os acontecimentos de fragmentos e exclusão, onde se encontram muitos alunos nas escolas perante a perspectiva de adaptação (MANTOAN, 2005).

Entretanto, em 2006, a Secretaria dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça e a UNESCO desenvolveram o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, defendendo a inclusão dos relacionados às deficiências no currículo da Educação Básica, como também reivindicando as ações que dão incentivo ao acesso dos alunos com deficiência ao ensino superior (BRASIL, 2007).

Importantes documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20/12/96, Ministério da Educação e Cultura (MEC) Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNEE) no contexto da educação suscitam que a educação especial deve ser definida em proposta pedagógica, de forma que assegure recursos para a efetivação da inclusão de modo que as instituições se organizem para complementar, amparar, suplementar e, às vezes, substituir os serviços educacionais comuns, para que se possa garantir o ensino e promover o desenvolvimento das habilidades dos educandos com necessidades educacionais especiais, no decorrer de todas as etapas e modalidades da educação básica.

2.1.3 Inclusão do aluno surdo no ensino regular: alguns conceitos

Sassaki (1999) mostra que o movimento da inclusão social de início na década de 1980 nos países desenvolvidos e, na década de 1990, tomando impulso em outros países, com isso a finalidade desse movimento “é a construção de uma sociedade para todas as pessoas, com mudança para novos princípios”. Como por exemplo: direito de pertencer à celebração das diferenças, solidariedade humanitária, valorização da diversidade humana, igual importância das minorias e cidadania com qualidade de vida, mudanças étnicas, sociais e educacionais. Refere-se de um.

o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente, estas preparam-se para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 13)

Vieira et al. (2019) afirmam a importância que deve receber a temática da inclusão e da integração dos excluídos, seja essa exclusão por deficiência, por reprovação dos próprios atos, ou até mesmo por omissão da própria escola ou da família.

Evidencia-se, portanto, a inclusão quando os segmentos da sociedade, bem como a família e a escola veem com outros olhos as pessoas com deficiência e/ou aqueles que porventura tenham algum comportamento considerado reprovável.

Fávero (2001) aponta, como mais uma conceituação de inclusão, o direito à igualdade. A educação inclusiva é uma forma excepcional para se alcançar a inclusão social, um direito legal que contempla pessoas excluídas em diversas situações de dificuldades.

Portanto, pode-se dizer de um modo geral que os autores através das suas pesquisas procuraram desenvolver um trabalho de qualidade, mostrando a importância da inclusão, onde essa inclusão no Brasil, nos dias de atuais.

2.2 A INCLUSÃO NA ESCOLA: DA TEORIA À PRÁTICA

¹ E, construindo políticas práticas institucionais e pedagógicas que garantam qualidades no ensino de modo que envolve alunos com ou sem deficiência.

2.2.1 A escola na perspectiva da inclusão do aluno surdo

Espera-se, na contemporaneidade que a escola tenha um projeto educativo voltado para a ideia de diversidade, uma vez que todas as crianças precisam aprender juntas independentemente de quais forem suas dificuldades e diferenças que possam ter. Conforme Machado (2008, p. 78).

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtos de uma cultura [...] pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua condição histórica, cultural e social.

Dentre todas essas conferências, cabe destacar a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994, em Salamanca, por ser a que mais contribuiu para impulsionar a educação inclusiva em todo o mundo (SÁNCHEZ, 2005, p. 9).

Conforme o documento da Declaração de Salamanca (1994), o mesmo reafirma o compromisso do direito da Educação para todos, mostrando a importância da necessidade e da urgência de providência de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. Diante disto Sasaki (1997, p.115) a declaração de Salamanca afirma que.

[...] os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição de escola para a vida adulta produtiva. As escolas devem ajudá-los a se tornarem economicamente ativos e prover-lhes as habilidades necessárias no dia-a-dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. Isto requer tecnologias apropriadas de treinamento, incluindo experiência direta em situações de vida real fora da escola. Os currículos para os alunos com necessidades educacionais especiais em classes mais adiantadas devem incluir programas transacionais específicos, apoio para ingressarem no ensino superior sempre que possível e subsequente treinamento profissional que os prepare para atuarem como membros contribuintes independentes em suas comunidades após terminarem estudos. Estas atividades devem ser executadas com a participação ativa de conselheiros profissionais, agências de colocação, sindicatos, autoridades locais e diferentes serviços e entidades interessados.

Nesta perspectiva pode se dizer que a educação inclusiva deve acolher todas as pessoas, sem exceção, sejam elas com qualquer sejam suas deficiências. Para a educadora Maria Teresa Eglér Mantoan (2001, p. 24):

[...] inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças e na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa. Com seus alunos, fundou o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade. Para ela, uma sociedade justa e que dê oportunidades para todos, sem qualquer tipo de discriminação, começa na escola.

A inclusão das crianças surdas nos dias atuais em classe regular cada vez está ganhando oportunidade, mas não é fácil, principalmente nas series iniciais do ensino fundamental, visto que é neste período que os alunos estão alfabetizados. De acordo com, Skliar afirma:

Pode se dizer que a educação dos surdos parece se encontrar hoje diante de uma encruzilhada. Por um lado, manter-se ou não dentro de paradigmas da educação especial reproduzindo o fracasso da ideologia dominante – movimento de tensão e ruptura entre educação especial e a educação para surdos. Por um lado, aprofundar as práticas e os estudos num novo campo conceitual, os Estudos Surdos, quebrando assim a sua dependência representacional com a educação especial [...]”. (2016, p.11).

Conforme, Vasconcellos (2000), o planejamento deve ser compreendido como um instrumento capaz de intervir em uma situação real para transformá-la, ou seja, é um método que tem finalidade fazer algo vir à tona, fazer acontecer, e para que aconteça é necessário estabelecer as condições materiais para que seja desenvolva uma ação que revela intenções. De acordo com o mesmo, afirma que:

planejar é elaborar o plano de intervenção na realidade, aliando às exigências de intencionalidade de colocação em ação, é um processo mental, de reflexão, de decisão, por sua vez, não uma reflexão qualquer, mas grávida de intenções na realidade (VASCONCELLOS, 2000, p.43).

Luckesi (1992, p.121) “planejar é um conjunto de ações coordenadas visando atingir os resultados previstos de forma mais eficiente e econômica”. Ações que devem ser feitas através de metodologias na qual sua intenção educativa seja voltada aos mecanismos para que elas verifiquem se foram alcançadas ou não, com isso mostra o desenvolvimento da atividade docente, como também do plano de aula.

2.2.2 A sala de aula na perspectiva da inclusão

A aprendizagem é um fenômeno social, crer-se que é fundamental conhecer os aspectos sociais dos indivíduos que compõem a sala de aula, compreendidos não só pelas características psicofisiológicas, mas também os aspectos que

corroboram a cultura e classe social dos educandos (VYGOTSKY, 2001).

De acordo com Mantoan (2003, p. 28), “as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”. A Educação Inclusiva se caracteriza na diversidade inerente à espécie humana, onde buscar atender e perceber as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, sejam elas em sistema regular de ensino ou em salas de aulas comuns de modo que promova a aprendizagem e o desenvolvimento, capacidade intelectual, emocional e social para todos.

Conforme Soodak (2003), mostra que desenvolvimento de estratégias seria grande melhoria na qualidade global do ambiente da sala de aula para acolher os alunos com deficiência. Diante disso, essas estratégias beneficiam a organização de um ambiente em que os educandos se sentem acolhidos, seguros e apoiados.

A entrada da pessoa surda no universo do ouvinte é de grandes desafios e de dificuldades no âmbito escolar inclusivo, tornado assim mais complexo a comunicação com língua de sinais. Quadros (2006, p. 23) afirma que a língua de sinais é a primeira língua das pessoas surdas desde a sua alfabetização

A criança pode ter acesso à representação gráfica da língua portuguesa, processo psicolinguístico da alfabetização e à explicitação e construção das referências culturais da comunidade letrada. A tarefa de ensino da língua portuguesa tornar-se-á possível, se o processo for de alfabetização de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida, efetivamente a primeira língua dos surdos.

De acordo com Quadros (2003), pode se observar que respeitar as diferenças que compõe a pessoa surda é de grande relevância, para que se tenha uma educação de qualidade para todos.

Entretanto, Aranha (2004, p. 07), afirma que “a escola inclusiva e qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades”.

Aranha (2000, p. 02) afirma que o processo de inclusão “trata-se da garantia de acesso de todos a todas as oportunidades sejam quais forem às peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social”.

De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 23):

A tendência da política social durante as duas últimas décadas foi a de

fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades.

Entretanto, para que as escolas sejam realmente inclusivas, é necessário que seja a abertas à diversidade, rever o modo de pensar e de trabalhar educação nas salas de aula, de formar e aperfeiçoar o professor, avaliando o ensino-aprendizagem, pois no que podemos observar até nos dias atuais existem escolas que resistem à inclusão.

2.2.3 Inclusão do surdo: na perspectiva do professor

O professor deverá ser mediador, promovendo assim um ensino igualitário e sem desigualdade, pois quando se fala em inclusão, não está só falando das pessoas com necessidades, mas também da escola, pois através dela a diversidade se destaca por sua singularidade, que forma cidadãos para a sociedade. De acordo com (MANTOAN,1997, p.120).

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN,1997, p.120).

Dentro da perspectiva de educação inclusiva o professor deve estar preparado para da diversidade, valoriza as potencialidades, habilidades, as diferenças, construir juntamente com o educando o conhecimento para que os mesmos possam está pronto para a sociedades a qual está inserida. De acordo com Silva e Rodrigues (2011, p.62):

[...] existe uma distinção profunda entre simplesmente aceitar e respeitar, e o processo de compreensão da diferença, que demanda das pessoas disposição e compromisso para trabalhar com o ser humano no sentido de contribuir com o desenvolvimento de um sujeito social, histórico e politicamente consciente. Não se trata de apenas acolher a diversidade, mas de compreender sua produção e complexidades na realidade de cada sujeito

A educação inclusiva é de grande importância para todos, a mesma assume espaço um central no debate em relação da sociedade contemporânea, como também no papel da escola para superação da exclusão.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55)

Conforme Mittler (2001), “a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todas as crianças”.

Em conformidade com, Minetto (2008, p. 19) afirma que:

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio, com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade; viabiliza, portanto, com um caráter cultural acentuado, a integração do indivíduo com o meio. A ação pedagógica conduz o indivíduo para a vida em sociedade, produzindo cultura e usufruindo-se dela. É certo que as modificações em todos os âmbitos da sociedade afloram as desigualdades, de modo a impulsionar discussões sobre as exclusões e suas consequências e lançar a semente do descontentamento e da discriminação social, evidenciando-se a necessidade de mudanças nas políticas públicas.

Entretanto, para que a inclusão aconteça realmente são necessárias mudanças sociais, nas quais exigem um esforço mútuo de todos os profissionais da educação que precisam buscar aprimoramento da prática educativa através da formação continuada. Consoante a isso, Minetto (2008, p. 103-104) afirma que “o manejo adequado da turma também é uma capacidade que precisa ser aprendida pelo professor”.

A autora mostra também que ainda tem algumas situações que são importantes para se desenvolver um trabalho de qualidade dentro da sala de aula, para que as diversidades sejam respeitadas:

- Afetividade e carinho são a base da aprendizagem;
- Preparar os colegas de turma para receber o aluno com deficiência destacando o respeito às diferenças e as inteligências múltiplas;
- Ter domínio da turma e manejo eficiente;
- Usar recursos ou tecnologias assistivas para facilitar o trabalho;
- Desenvolver atividades em grandes ou pequenos grupos, favorecendo o trabalho e a aprendizagem do aluno;
- Organizar atividades individuais – promovendo autonomia; - flexibilidade na distribuição do tempo.

Diante disto cabe aos profissionais rever sua própria formação, suas referências teórico-metodológicas, realizar observações criteriosas, só assim manifestar corretamente cada vez que um problema de aprendizagem independentemente de quais forem as suas causas. (PRADO, FREIRE 2001).

Para Mantoan (1997), a formação de professores é essencial no processo de inclusão, ela atesta ainda que, no geral, os professores são bastante resistentes às inovações educacionais como a inclusão.

“[...] o princípio fundamental da Educação Inclusiva consiste em que todas as crianças devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter”. (DINIZ 2012, p. 33).

Conforme, Glat e Nogueira (2002, p. 25), no que diz respeito à formação de professores, o mesmo precisa desenvolver a possibilidade de “analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização” destaca-se que sua prática precisa ser postulada a partir dos seguintes objetivos.

- Desenvolver o processo de inserção do aluno em sala regular, de modo a respeitar as características deste;
- Promover a elevação do padrão de qualidade do ensino especializado para esses alunos, Identificando-os e atendendo-os o mais cedo possível, para que se possibilite reduzir as dificuldades que dizem respeito à aprendizagem, bem como aquelas com relação à vida social;
- Promover a integração entre as diversas instituições educacionais (ou outras) que estes alunos possam frequentar;

De acordo com Silva Filho (2013, p. 28), a prática pedagógica

Requer do professor conhecimentos pedagógicos para organizar a aula, fazer a transposição didática, transformar o conhecimento científico em saber transmissível e assimilável pelos alunos, propor situações de aprendizagem de forma que os alunos consigam problematizar as demandas do mundo do trabalho e que a teoria e a prática, em sala de aula, não podem ocorrer a partir somente das exposições descritivas, ou como elementos contraditórios, dicotômicos e antagônicos.

Dessa forma é importante uma formação continuada para o professor que está em formação e que ela seja voltada para a construção de práticas, para atender a uma educação inclusiva de qualidade, e deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometido com a inclusão. Neste sentido, deve-se assegurar que sejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino.

3 METODOLOGIA

A pesquisa dar-se dá através de uma abordagem qualitativa, na qual busca respostas para questões particulares, no geral o âmbito das ciências sociais, através de estudos que lida com elementos de realidade que não podem ser qualificados, como valores, crenças e etnias. Como esclarece (FONSECA, 2002, p. 32) afirma que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Contudo, a pesquisa qualitativa é desenvolvida através da compreensão de conjunto de técnicas interpretativas que propõe descrever e decodificar os componentes de um sistema de significados, objetivo principal argumentar e expressar os fenômenos sociais.

Portanto o foco essencial destes estudos aprofundou-se como temática a educação inclusiva nos processos de ensino e de aprendizagem do aluno surdo, parte da reflexão sobre a inclusão educacional desenvolvida considerando-se o direito à diversidade e à igualdade.

Quanto à sua estrutura, este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro trata do movimento de inclusão e sua trajetória até o século XXI.

A segunda seção estabelece uma relação entre teoria no contexto da inclusão do aluno surdo na instituição escolar.

Com base do capítulo dois, dispõe do entendimento do processo de inclusão, neste contexto compreende como se dar a realidade internacional e nacional, e local oferecendo a partir desta análise a reflexão da prática de ensino não só dentro da sala de aula, como também as ações que a cerca principalmente os educadores, o projeto político pedagógico, a comunidade escolar, famílias, etc.

A metodologia deu-se através uma caminhada de investigação e de diálogo de diversos autores, de sites, artigos, TCC, trabalhos de conclusão de curso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica integrativa os principais teóricos utilizados foram (VYGOTSKY, 2001), Machado (2008, p. 78, (FONSECA, 2002, p. 32, (GUGEL, 2008), (VIEIRA ET AL. 2019), Lima (2004, p. 20), entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que este trabalho tem como objetivo refletir acerca das práticas pedagógicas utilizadas pelo professor, em sala de aula, e como elas podem contribuir para minimizar as dificuldades do aluno (com deficiência/surdo) e melhorar o seu desempenho durante o processo de ensino e aprendizagem. Os objetivos específicos são refletir sobre a importância da inclusão na escola para o aluno surdo; verificar como a escola desenvolve a inclusão do aluno surdo a partir das diferenças culturais; observar como o professor aplica trabalha a inclusão na sala de aula. onde observar que esses obstáculos possam passar despercebida, a criança sofre discriminação, pelo fato de serem pobres, das desvantagens sociais, preconceitos por causa das suas dificuldades de interação, intelectual e emocional.

O tema inclusão já era um problema social relevante antes mesmo de ser tratado no âmbito escolar. Percebe-se que muitas instituições ainda têm dificuldades diante da acolhida de crianças surdas, sendo preciso observar que cada indivíduo tem suas particularidades de aprendizado (VIEIRA ET AL. 2019).

Ao iniciar essa problemática da eficiência (ou a falta dela) no âmbito da educação inclusiva de indivíduos surdos, temos grandes reflexões a executar dentro desse intenso processo que é contínuo e revigorante a cada etapa.

No decorrer de milênios, indivíduos deficiência viveram às margens da sociedade, consideradas como incapazes de diversas tarefas, vivendo sob a condição de dependência para sobreviver ou abandonadas à própria sorte, inclusive nas experiências escolares.

Práticas de discriminação institucional eram observadas desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e pelo Tempo Moderno até o advento da Idade Contemporânea, quando surgiram, no século XVIII, importantes contribuições e reivindicações, trazidas à tona por pensadores, filósofos e escritores que se posicionaram favoravelmente a dar, a indivíduos cegos, surdos e outros, a devida atenção quanto a seu potencial, reconhecendo sua capacidade cognitiva,

independentemente de outros fatores.

A inclusão do aluno surdo vem sendo, como se pode observar, incorporada nos diversos sistemas de ensino. Na prática, porém, a mesma ainda não é realidade efetiva em todas as instituições educacionais brasileiras. Essa constatação ocorre por diversos motivos, que se estendem desde a falta de profissionais capacitados até a carência de recursos didático-pedagógicos.

Para concluir podemos observar que a educação inclusiva consiste no surgimento da inclusão e adaptação social, seu papel é garantir condições de aprendizagem com qualidade e qualidade significativa, uma educação inclusiva com a demandas educacionais escolares que venham de fato atender bem às necessidades dos alunos, igualitário, e suas diversidades.

Por fim, pode-se afirmar que os objetivos apresentados para este estudo foram alcançados com intuito de mostrar a importância da temática do estudo, onde buscou contextualizar a inclusão dos alunos surdos nos processos de ensino e de aprendizagem, uma vez que é muito importante expor quais são os desafios que as pessoas surdas tem no processo de alfabetização, averiguando a preparação dos professores inclusivos, levando em conta as informações levantadas e a discussão que foram propostas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, E.J. (org) Educação Especial temas atuais, Marília Publicações: Marília SP, 2000.

ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva – Referenciais para a construção de Sistemas Educacionais Inclusivos: a escola**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 3.

ARANHA, Maria L. de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. Ed., São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FÁVERO, Eugenio Augusta Gonzaga. **O Ministério Público, os desafios e perspectiva na inclusão social de pessoas com deficiência. Pessoa com deficiência, o direito à diferença**. IN: Anais dos Seminários Regionais: Relato de experiências brasileiras em educação inclusiva. SEESP/MEC. FNDE/MÊS. Brasília: 2001.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FENEIS. **Relatório anual**. Impressão própria, 1993.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DINIZ, M. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas:**

avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p.33; p. 65.

GLAT, R. e NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração.** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoa com deficiência e o Direito ao Concurso Público.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997.

LIMA, M. S. Surdez, **bilingüismo e inclusão: entre o dito**, o pretendido e o feito. 2004. 261 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LUCKESI, Cipriano C. **Planejamento e Avaliação escolar: articulação e necessária determinação ideológica.** IN: O diretor articulador do projeto da escola. Borges, Silva Abel. São Paulo, 1992. FDE. Diretoria Técnica. Série Ideias nº 15.

MACHADO, Paulo César. **A política Educacional de Integração/Inclusão – Um Olhar do Egresso Surdo.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Mittler, Peter. **Educação de necessidades especiais: uma perspectiva internacional (sumário).** SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 2001, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: PUC MINAS, 2001. p. 34-41.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, D. A. **Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas.** *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*, n. 24-25, p. 73-81, 2003.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **Inclusão.** Revista da Educação Especial. Outubro de 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2002. Disponível em: <<http://www.diadaeducação.pr.gov.br>>. Acesso em 10 de abril. 2021

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa. Formação pedagógica de educadores da Educação Superior: Algumas implicações. **Educação por Escrito**, PUCRS, v. 4, n. 1, p. 28, jul. 2013.

SILVA, L. C.; RODRIGUES, M. M. Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses na Educação Inclusiva. In: DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; FERREIRA, J. M. (Org.). **Educação Especial e Inclusão Educacional**: formação profissional e experiências em diferentes contextos. Uberlândia/MG: EDUFU, 2011.

SKLIAR, Carlos(org). **Educação e Exclusão**: Abordagens sócio - antropológicos em educação de surdos. Porto Alegre: Mediação 1997.

SKLIAR, C. **A SURDEZ**: um olhar sobre as diferenças.8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. **A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional**. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A . (Orgs) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2001.

QUADROS, Ronice Müller; Achmiedt, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006 p. 18. 19.

QUADROS, Ronice Muller de. **Situando as diferenças na educação de surdos: inclusão/exclusão**, Ed. Ponto de Vista, Florianópolis, 2003. p. 23 e 88.

SOODAK, L. C. **Classroom Management in Inclusive Settings**. Theory into Practice, v. 42, nº. 4, 2003, pp. 327-33 (ISSN: 0040-584).

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: . Acesso em: 10 de abril. 2021.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VISCA, J. **Psicopedagogia**: novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

VIEIRA. D.D.; SILVA, A. S. J.; MATOS, E. A.; SALDANHA, F. A. **Reflexões sobre a inclusão educacional**: alguns apontamentos. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em:

<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/62420>>. Acesso em: 27 de maio 2021.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Psicologia e pedagogia).